

O AQUECIMENTO DA ECONOMIA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

IstoÉ-Senhor, 27/09/89

Afinal a crise econômica está sendo superada ou aprofunda-se cada vez mais? A leitura dos jornais e as conversas com os amigos permitem as duas interpretações. E o curioso é que ambas se apóiam no aquecimento da economia que vem ocorrendo neste ano. No último domingo, a manchete da Folha de S. Paulo, baseada em entrevista com Afonso Celso Pastore, afirmava: "Economia em vôo cego pode ir para o desastre". Em contrapartida, começam a surgir, principalmente entre empresários conservadores, a crença de que a crise econômica está sendo superada. Admitem que o risco da inflação explodir existe, mas fazem uma separação radical entre a economia privada e a economia do Estado. A primeira estaria perfeitamente sadia, a segunda, doente. E argumentam: "já que a economia privada é a economia real, a economia brasileira vai bem, está se desenvolvendo, pode pagar a dívida externa... a contabilidade nacional não registra esse crescimento porque teria havido um grande crescimento da economia informal". E concluem, apoiados em um neoliberalismo primário, que a solução para todos os problemas está em "acabar com o Estado, reduzi-lo ao mínimo, deixar o setor privado trabalhar".

Ora, ainda que as duas posições estejam a meu ver equivocadas, o equívoco da primeira é muito menos grave do que o da segunda. A tese catastrófica a curto prazo supõe que do excesso de demanda possa resultar hiperinflação. Na verdade é pouco provável que isto ocorra. A demanda aquecida pode facilitar a aceleração moderada da inflação, mas dificilmente nos levará diretamente a uma explosão incontrolada de preços. As hiperinflações clássicas em geral aconteceram em meio a recessões, dada a crise fiscal.

O que é grave no excesso de demanda é que ele provavelmente é consequência do efeito-riqueza provocado pelos juros reais altíssimos que o governo está pagando para evitar a elevação dos preços dos demais ativos. Ora, sabemos que esses juros, se a curto prazo evitam a especulação com o dólar, com o ouro e com imóveis, a médio prazo aumentam o déficit público e levam o Estado à bancarrota definitiva e à sua consequência - a hiperinflação.

Já a segunda tese é completamente equivocada. Pode haver uma pequena subestimação dos dados de crescimento do PIB devido ao aumento da sonegação fiscal. O setor privado está sem dúvida melhor, menos endividado, financeiramente mais sadio do que o setor público. Mas estes fatos não autorizam a dedução de que já retomamos o crescimento. Apesar do aumento da taxa de investimentos neste segundo semestre, o PIB ainda crescerá em torno de 1 por cento durante o ano de 1989. A renda por habitante continuará, portanto, a cair. E todos sabemos que uma demanda aquecida não pode ser sustentada por muito tempo, especialmente com taxas de inflação que já superaram a marca dos 30 por cento mensais. O novo governo terá que fazer o ajuste fiscal que este não fez, e a recessão será então inevitável.

O erro básico está em fazer uma separação radical entre empresas privadas e Estado e afirmar que apenas no Estado estão os problemas. As conseqüências de um neoliberalismo de algibeira como esse são equívocos e mais equívocos. Não há dúvida de que o Estado brasileiro está imerso em uma grande crise fiscal enquanto as empresas privadas estão lucrativas e financeiramente equilibradas. Mas estão produzindo pouco, estão limitando seus investimentos, estão realizando apenas aqueles investimentos estritamente necessários exatamente porque o Estado está financeiramente quebrado.

O capitalismo não é a mera somatória de empresas capitalistas coordenadas pelo mercado, como pretendem os neoliberais. É a somatória dessas empresas coordenadas pelo mercado e reguladas pelo Estado. O Estado, portanto, é parte integrante do capitalismo. Não há economia capitalista sadia sem um Estado financeiramente sadio. Ao invés de se auto-enganarem com teses neoliberais meramente ideológicas, o melhor que fariam as elites empresariais brasileiras era pressionar para que o Estado brasileiro fosse efetivamente saneado financeiramente, de modo a poder voltar a ser um agente regulador da economia razoavelmente eficiente e efetivo.